



IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

2011

27

TEXTO PARA DISCUSSÃO

**JUVENTUDE E
VULNERABILIDADE SOCIAL
NO ESPÍRITO SANTO:
explorando fatores explicativos**

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

**TEXTO PARA
DISCUSSÃO** | **27**

**JUVENTUDE E
VULNERABILIDADE SOCIAL
NO ESPÍRITO SANTO:
explorando fatores explicativos**

Thiago de Carvalho Guadalupe
Sociólogo

COLABORAÇÃO TÉCNICA ¹

* ANTÔNIO RICARDO FREISLEBEM DA ROCHA - grande parte da extração dos dados sobre a caracterização dos jovens da PNAD 2009 (tabela em anexo) contou com a colaboração técnica do pesquisador da Coordenação de Estudos Econômicos do Instituto Jones dos Santos Neves.

** DEIVISON SOUZA CRUZ - a elaboração dos gráficos sobre delinquência juvenil no ES, em sua maioria, contou com a colaboração técnica do pesquisador da Coordenação de Estudos Sociais do Instituto Jones dos Santos Neves.

Instituto Jones dos Santos Neves
Juventude e vulnerabilidade social no Espírito Santo:
explorando fatores explicativos. Vitória, ES, 2011.

37p. il. tab. (Texto para discussão, 27)
ISBN: 978-85-62509-75-9

1. Juventude. 2. Vulnerabilidade. 3. Indicadores Sociais.
4. Espírito Santo (Estado). I. Guadalupe, Thiago de
Carvalho. II. Título. IV. Série.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento do Governo do Estado do Espírito Santo.

¹ A maior parte dos dados utilizados nesse estudo foram extraídos da PNAD 2009; ainda foram utilizadas informações da Síntese de Indicadores Sociais, e dados da SESP e da SEJUS relativos à criminalidade e segurança pública.

Sumário

Apresentação.....	05
Esquema Integrado para o Estudo da Juventude.....	06
1. Introdução	08
2. Juventude e a Vulnerabilidade Social no Espírito Santo.....	11
2.1. A Pobreza	11
2.2. Educação	13
2.3 Trabalho e Alocação do Tempo	16
2.4 Arranjos Familiares.....	19
2.5 Gênero	22
2.5.1 A Vulnerabilidade Juvenil Feminina no Espírito Santo	22
2.5.2 A Vulnerabilidade Juvenil Masculina no Espírito Santo: Delinqüência Juvenil.....	25
2.5.3 Informações Criminais.....	26
3. Considerações Finais	30
Referências Bibliográficas.....	34
Anexo	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Modelo analítico conceitual: juventude e vulnerabilidade social	07
Tabela 2 - Média de anos de estudo dos jovens de 15 a 24 anos	15
Tabela 3 - Jovens no Espírito Santo à procura de emprego	17
Tabela 4 - Esquema de estudo integrado: juventude e vulnerabilidade	32
Tabela 5 - Características dos jovens - Brasil, Sudeste e Espírito Santo / PNAD 2009	36

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo de integração: juventude e vulnerabilidade social	06
Figura 2 - Grau de Pobreza por faixa etária no Espírito Santo	12
Figura 3 - Jovens em domicílios pobres e indigentes no Espírito Santo.....	12
Figura 4 - Desigualdade educacional entre ocupados no Espírito Santo	13
Figura 5 - Escolaridade média dos ocupados no Espírito Santo	14
Figura 6 - Pessoas em ano irregular de estudo no Espírito Santo.....	14
Figura 7 - Alocação do tempo dos jovens de 16 a 24 anos no Espírito Santo	17
Figura 8 - Alocação do tempo por classes sociais no Espírito Santo.....	18
Figura 9 - Alocação do tempo para jovens (pobres e elite).....	18
Figura 10 - Alocação do tempo das mulheres jovens no Espírito Santo	19
Figura 11 - Classes sociais por arranjos familiares no Espírito Santo	20
Figura 12 - Mulheres que tiveram filhos no Espírito Santo até 24 anos	21
Figura 13 - Nível de instrução por arranjos familiares no Espírito Santo	21
Figura 14 - Desocupação e gênero no Espírito Santo / 2009.....	23
Figura 15 - Renda média e gênero no Espírito Santo / 2009.....	23
Figura 16 - Jovens e condição no domicílio - Espírito Santo	24
Figura 17 - Taxa de homicídio por 100 mil hab, faixa etária, sexo masculino - Espírito Santo	27
Figura 18 - Proporção de homicídios por sexo no Espírito Santo	27
Figura 19 - Percentual de presos do sexo masculino por faixa de idade.....	28
Figura 20 - Taxa de encarceramento no Espírito Santo por 100 mil hab, sexo masculino, faixa de idade.....	29

Apresentação

A juventude é um grupo social de extrema importância no Brasil hoje, pois é uma faixa populacional que reflete os conflitos e desigualdades sociais do país. Por isso, podemos dizer também que é o público central para um conjunto expressivo de políticas públicas. O investimento social deve ser realizado nessa fase de transição para a vida adulta, confirmando a necessidade da juventude ser encarada como a fase de oportunidades.

O objetivo desse estudo é buscar uma maior compreensão sobre a situação de vulnerabilidade da juventude capixaba, comparada à condição dos jovens no Brasil – dentro da diversidade de variáveis que compõem suas realidades serão destacados: sexo, família, escolaridade, trabalho, pobreza, vitimização e criminalidade.

Os dados serão apresentados no intuito de pontuar a situação dos jovens no Espírito Santo, a partir de pesquisas já realizadas sobre o tema, assim como, via referências teóricas da vulnerabilidade social, juventude, e da criminalidade.

Este trabalho tratará o conceito de vulnerabilidade social a partir da perspectiva pioneira de Moser (1998) que a tem situado como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. O resultado disso é traduzido em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (Vignoli, 2001; Filgueira, 2001).

Vale notar que a vulnerabilidade assim compreendida traduz a situação em que o conjunto de características, recursos e habilidades inerentes a um dado grupo social se revelam insuficientes, inadequados ou difíceis para lidar com o sistema de oportunidades oferecido pela sociedade, de forma a ascender a maiores níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades de deterioração das condições de vida de determinados atores sociais (Vignoli, 2001). Esta situação pode se manifestar, em um plano estrutural, por uma elevada propensão à mobilidade descendente desses atores e, no plano mais subjetivo, pelo desenvolvimento dos sentimentos de incerteza e insegurança entre eles.

A relação entre vulnerabilidade social e juventude encontra legitimação em uma ampla gama de estudos e pesquisas que vem sendo desenvolvidos dentro dessa temática, como podemos perceber em Abramovay, 2002:

Entre os diversos problemas e questões cruciais que continuam a desafiar as políticas de desenvolvimento social na América Latina, seguramente uma das mais importantes é a da juventude. O expressivo contingente de jovens existentes no conjunto geral da população, somado ao aumento da violência e da pobreza e ao declínio das oportunidades de trabalho,

estão deixando a juventude latino-americana sem perspectivas para o futuro, sobretudo o segmento de jovens que está sendo vítima de situações sociais precárias e aquém das necessidades mínimas para garantir uma participação ativa no processo de conquista da cidadania.

Esquema Integrado para o Estudo da Juventude

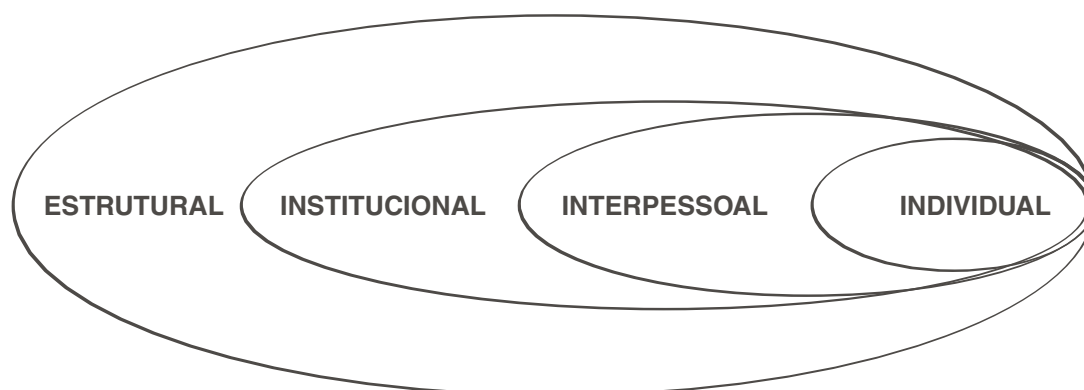
O esforço de Moser (1999) em adotar uma abordagem mais integrada para o estudo da delinquência juvenil pode ser bem adaptado ao estudo da vulnerabilidade social da juventude. Dessa forma, contribui-se para uma abordagem mais holística e menos fragmentada do estudo da juventude.

A autora justifica a criação de seu quadro apontando que, diferentes disciplinas como a saúde pública, criminologia, sociologia e psicologia tem estudado e aplicado conceitos diferentes para estudar a delinquência juvenil, muitas vezes, concentrando-se exclusivamente em setores tais como saúde, justiça criminal, desenvolvimento comunitário e educação. Muitos projetos são concebidos, mas há pouca integração de esforços e de compreensão de como se inter-relacionam e podem reforçar-se mutuamente.

Nesse sentido, o Quadro Integrado (que é fortemente baseado no modelo ecológico), se aplica totalmente ao estudo da juventude e vulnerabilidade social.

O quadro integrado é uma estrutura multinível, que incorpora fatores sociais e psicológicos no nível individual, bem como os fatores externos que atuam sobre o indivíduo, com foco nas ligações entre eles. Nesse esteio pode-se afirmar que nenhuma variável causal inteiramente determina ou explica a vulnerabilidade social na juventude, mas quando uma ou mais variáveis são combinadas, elas podem produzir uma situação de melhor esclarecimento do problema em estudo.

Figura 1 – Modelo de integração: juventude e vulnerabilidade social²



Fonte: PNAD 2009

Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN/Coordenação de Estudos Econômicos

² Inspirado no modelo *The World Bank*, apresentado por Moser (1999) para causas de Delinquência Juvenil.

Tabela 1 – Modelo analítico conceitual: juventude e vulnerabilidade social

Nível	Conceito	Aplicação à juventude
Individual	História de vida, fatores genéticos, personalidade e habilidades pessoais.	Características individuais definem o tipo de vulnerabilidade que o jovem pode sofrer, como: sexo, cor/raça, baixa estima, ganância por status, temperamento impulsivo, etc. (Autocontrole)
Interpessoal	Primeiro nível de interação dos indivíduos, fatores situacionais envolvendo família, vizinhos, relações íntimas e próximas. Condições socioeconômicas das famílias.	A relação intra-familiar, os primeiros amigos, vizinhos e colegas de escola servem como primeiros modelos de socialização dos jovens, esses laços podem reforçar tanto uma eficácia coletiva quanto uma condição de vulnerabilidade social devido a conflitos. (Redes de Sociabilidade)
Institucional	Relação com instituições formais e informais, capital social associado a formação escolar, trabalho, e características da comunidade.	O posicionamento do jovem nas instituições sociais é mais vulnerável quanto menor são as chances de ingresso e estabilidade no mercado de trabalho (e em outras instâncias formais). As poucas chances de mobilidade social ascendente podem levá-los para informalidade, sub-empregos e subculturas. (Controle Social)
Estrutural	O nível macro da política, economia e estrutura social, de onde se originam as crenças e normas culturais que abrangem a sociedade.	Políticas públicas deficientes, valores normativos frágeis e uma cultura que não favoreça a inserção do jovem na sociedade (formal) constituem mais um nível de incentivo à vulnerabilidade social juvenil. (Normas Sociais e Culturais)

Fonte: PNAD 2009

Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN/Coordenação de Estudos Econômicos

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o Conselho Nacional de Juventude, “A condição juvenil deve ser tratada sem estereótipos e a consagração dos direitos dos/das jovens precisa partir da própria diversidade que caracteriza a(s) juventude(s)”. Em termos políticos e sociais, os jovens são sujeitos de direitos coletivos. Sua autonomia deve ser respeitada, suas identidades, formas de agir, viver e se expressar valorizadas (Conselho Nacional de Juventude, 2006, p.5).

No Brasil, a juventude é definida etariamente entre 15 e 29 anos (Conselho Nacional de Juventude, 2006, p. 05). Este padrão etário é internacional e tende a ser utilizado no Brasil pelo governo federal, demais entes federados e outras instituições públicas e não governamentais. Segundo o Conselho Nacional de Juventude (2006, p.5) podem ser considerados jovens os “adolescentes – jovens”, com idade entre 15 e 17 anos; os “jovens – jovens”, com idade entre 18 e 24 anos; e os “jovens – adultos”, que se encontram entre 25 e 29 anos.

Outro corte etário bastante utilizado é o de 15 a 24 anos, adotado por organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde – OMS e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. Estes organismos tentam homogeneizar o conceito de juventude a partir dos limites mínimos de entrada no mercado de trabalho e limites máximos do fim da escolarização do ensino médio (AZEVEDO, 2005, p.09).

Para atender aos propósitos deste estudo nos aproximaremos do recorte de idade, de 15 a 24 anos, pois para fins de análise não seria interessante a inserção dos jovens adultos que costumam apresentar diferentes características e estilos de vida.

Ser jovem hoje no Brasil, segundo o Conselho Nacional de Juventude é:

estar imerso - por opção ou por origem – em uma multiplicidade de identidades, posições e vivências. Daí a importância do reconhecimento da existência de diversas juventudes no país, compondo um complexo mosaico de experiências que precisam ser valorizadas no sentido de promover direitos dos/das jovens (Conselho Nacional de Juventude, 2006, p.10).

Dessa forma, o mais correto seria o uso da expressão política para “juventudes”, devido ao reconhecimento de uma diversidade de representações que precisam ser integradas às políticas públicas, e ainda, que dificilmente conseguem ser atendidas se tratadas de forma homogênea.

Segundo ANANIAS (2007), nos anos 2000, o tema da juventude no Brasil se insere em uma agenda pública, mobilizando percepções e algumas propostas. Mas pode-se perceber que nem sempre tais propostas encontram correspondência na prática, apesar da intensidade e profundidade do debate que começa a se estabelecer no interior do Estado e da sociedade.

A intenção deste texto é avaliar como se encontra esse debate sobre as juventudes, e suas condições de vulnerabilidade social, no estado do Espírito Santo. Porém, antes disso, faz-se importante perpassar por alguns dos modelos conceituais que vem sendo aplicados na América Latina (inclusive

Brasil).

Modelo 1 – Educação e tempo livre

Evidenciada durante as três décadas de crescimento econômico da América Latina, entre 1950 e 1980, as conquistas alcançadas se referem à crescente incorporação de amplos setores juvenis aos benefícios da educação, no nível do ensino fundamental e, mais recentemente, nos níveis médio e superior. Mas com o passar do tempo as oportunidades de mobilidade e ascensão social, oferecidas pela educação, se reduziram. Os investimentos em infra-estrutura, equipamentos e capacitação docente foram relativamente insuficientes e ocorreu uma deterioração da sua qualidade. Outro fator é que uma parte importante dos setores medianos e altos da sociedade desertou do sistema público de ensino, indo para o setor privado, dando lugar a uma crescente segmentação do sistema (Políticas Públicas de/para/com Juventudes, UNESCO, 2004).

Somado à expansão educacional, os governos procuraram oferecer um maior controle do uso do chamado tempo livre dos jovens. Essas iniciativas estavam dirigidas de maneira explícita e implícita a evitar que os jovens tivessem condutas como o abuso do uso de drogas, consumo de álcool etc. Assim se iniciou o desenvolvimento de diversas atividades esportivas, recreativas e culturais destinadas a ocupar o tempo livre. Porém, essas atividades eram fragmentadas e não estabeleciam espaços comuns de integração e transversalidade (Políticas Públicas de/para/com Juventudes, UNESCO, 2004).

Modelo 2 – Controle Social de jovens

A partir dos anos 60, a mobilização juvenil assumiu rapidamente características contestatórias aos regimes políticos e às estruturas socioeconômicas vigentes em quase todos os países da América Latina. Esses processos do movimento organizado juvenil estiveram sujeito à repressão, enfrentando reações dos setores dominantes. Os governos, nesse período, se orientaram por programas para os jovens com acentuado elemento de controle e por estratégias de isolamento dos movimentos estudantis e sua reclusão nos estabelecimentos universitários. (Políticas Públicas de/para/com Juventudes, UNESCO, 2004).

Modelo 3 – Enfrentamento da pobreza e do delito

Os jovens também tiveram importante papel no processo de redemocratização que coincide com o começo da recessão econômica nos anos 80. Os governos democráticos que começaram a se generalizar, especialmente na América do Sul, receberam uma pesada carga que os obrigou a tentar o fortalecimento de regimes políticos renovados e a pôr em ação programas de ajuste econômicos impopulares, associados com o esforço do pagamento da dívida externa e reordenação das economias nacionais. Nesse contexto, novos movimentos estudantis se formaram com a participação mais visível de jovens de áreas mais marginalizadas econômica e socialmente, na maioria excluídos da educação e do acesso a serviços e bens coletivos. Nessa época foram implementados vários programas de combate à pobreza. Nenhuma dessas iniciativas, no entanto, foi catalogada como programa específico para jovens.

Muitos programas daquela época tinham o propósito de prevenir “condutas delituosas” que vinham se ampliando devido aos problemas que se agravaram nas décadas anteriores. Um desses problemas foi o forte êxodo rural em decorrência da constante concentração da terra, o que provocou um crescimento desordenado das grandes cidades e regiões metropolitanas, gerando crescente insegurança urbana. Tem início então, ainda que de forma localizada, os programas mais diretamente voltados para a população juvenil, especialmente aquela em situação de maior vulnerabilidade social e em conflito com a lei (Políticas Públicas de/para/com Juventudes, UNESCO, 2004).

Modelo 4 – Investimento no capital humano / inserção no mercado de trabalho

Este modelo começa a operar nos anos 90 e ressalta a importância do capital humano para o desenvolvimento estruturado em torno da inserção dos jovens no mercado de trabalho. Trata-se de medidas destinadas a capacitar, em períodos breves, para atividades ainda tradicionais (eletricista, bombeiros, mecânicos, pintores etc.), concentradas na simples qualificação técnica. Os governos quando participam o fazem com funções de desenho, supervisão e subvenção, ficando a execução para entidades privadas, ONGs, dentro de uma concepção restritiva que ainda não incorpora efetivamente a juventude no campo das políticas públicas sociais (Políticas Públicas de/para/com Juventudes, UNESCO, 2004).

FREITAS e PAPA (2003) afirmam que:

O Brasil compartilha com o conjunto dos países latino-americanos os dilemas das grandes desigualdades sociais e de uma tênue e instável experiência democrática, mas carrega especificidades históricas que exigem um denso esforço de compreensão de alguns desses dilemas.

Ainda avaliam que, sob o ponto de vista das políticas de juventude, podemos dizer que ainda não foi garantido aos jovens brasileiros um patamar satisfatório de acesso a um sistema educativo de qualidade. Outros fatores são fundamentais: condições sociais básicas, escolas mais dinâmicas e atraentes, do ponto de vista pedagógico e dos conteúdos curriculares, integração com atividades relacionadas com informática, cultura, esporte etc. A baixa qualidade da escola brasileira, salvo exceções, explica a situação de franca desvantagem do Brasil diante de alguns países latino-americanos, que praticamente universalizaram o acesso ao ensino médio, ampliaram os índices de matrículas no ensino superior e apresentaram baixos índices de evasão. Acresce ainda os altos índices de desemprego que na última década atingiram, sobretudo, os jovens (FREITAS e PAPA, 2003, p.58).

2. JUVENTUDE E A VULNERABILIDADE SOCIAL NO ES

2.1 A Pobreza

A pobreza não pode ser definida de forma única, mas ela se evidencia quando parte da população não é capaz de gerar renda suficiente para ter acesso sustentável aos recursos básicos que garantam uma qualidade de vida digna. Esses recursos são água, saúde, educação, alimentação, moradia, renda e cidadania.

De acordo com Yasbek (apud GOMES 2005), são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos sendo, portanto, excluídos em graus diferenciados.

A gravidade do quadro de pobreza e miséria, no Brasil, constitui permanente preocupação e obriga a refletir sobre suas influências no social e, principalmente, na área de atuação junto da família, na qual as políticas públicas ainda se ressentem de uma ação mais expressiva (GOMES, 2005).

Bertolani e Pereira (2010) apontam para a relação entre pobreza e vulnerabilidade social. A pobreza definindo em sua dinâmica a extrema vulnerabilidade dos indivíduos frente à escassez de capital seja ele financeiro, cultural e/ou social. Quanto ao conceito de vulnerabilidade social está o distanciamento das pessoas das políticas sociais. Indivíduos e/ou famílias, cuja renda é insuficiente para atender às necessidades básicas, não conseguem ser devidamente assistidos pela política oficial, dificultando a consolidação da cidadania e o desempenho social dos mesmos (Bertolani e Pereira, 2010).

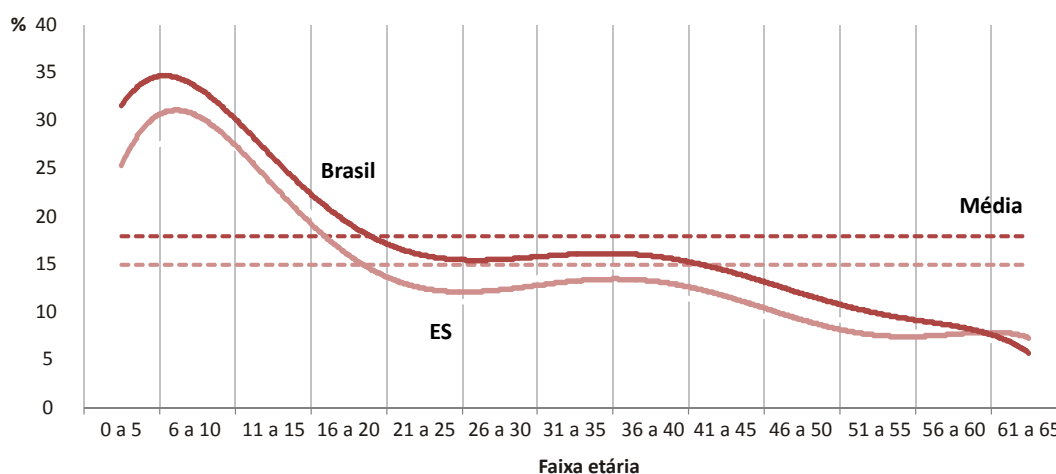
Ainda, estudos como o de Ribeiro e Neder (2009), afirmam que com o passar do tempo, os jovens melhoram sua chance de inserção ocupacional. No entanto, essa redução se verifica com maior intensidade entre os jovens não pobres. O que revela como a pobreza atua como um fator de agravamento da vulnerabilidade de famílias e indivíduos.

Os jovens pobres entram automaticamente para os grupos sociais vulneráveis, entre outros motivos, porque justamente não conseguem ter acesso fácil a educação de qualidade, e conseqüentemente, possuem grande dificuldade em iniciar uma carreira sólida no mercado de trabalho. Dessa forma, enfrentam barreiras de mobilidade social devido à condição de pobreza.

Especialmente no estado do Espírito Santo, observou-se nas últimas décadas uma forte redução da pobreza e desigualdade de renda, no entanto, a pobreza ainda precisa de muita atenção entre os jovens, justamente devido à condição de vulnerabilidade que ela leva para esse grupo que vive uma importante fase de transição.

Os jovens de 15 a 24 anos representam 14,5% do total de pobres no estado. Nota-se, portanto, que quantitativamente a incidência de pobreza entre os jovens equivale à média da sociedade, mas o impacto dela nessa fase da vida pode trazer graves conseqüências futuras para a vida adulta.

Figura 2 - Grau de pobreza por faixa etária no Espírito Santo

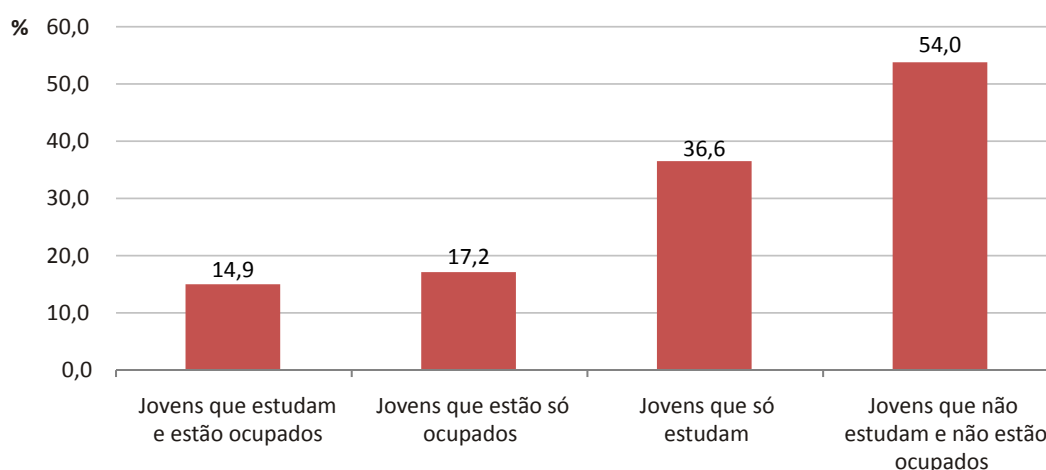


Fonte: PNAD 2009

Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN/Coordenação de Estudos Econômicos

Em 2005 a média de idade da pobreza no Brasil se encontrava nos 25 anos, no Espírito Santo estava em 20 anos. Já em 2009 (figura 2), a média tanto no Brasil quanto Espírito Santo, se encontra entre 16 a 20 anos.

Figura 3 - Jovens em domicílios pobres e indigentes no Espírito Santo



Fonte: PNAD 2009

Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves- IJSN/Coordenação de Estudos Econômicos³

³ Grande parte da extração dos dados sobre a caracterização dos jovens da PNAD 2009 (tabela em anexo) contou coma colaboração técnica do pesquisador da Coordenação de Estudos Econômicos do Instituto Jones dos Santos Neves - Antônio Ricardo Freislebem da Rocha.

Os jovens fora da escola e sem ocupação, no estado, representam 54% daqueles que vivem em domicílios de condição pobre e indigente (figura 3). Daí a importância, nessa fase da vida, da qualificação escolar e da própria iniciação no mercado de trabalho.

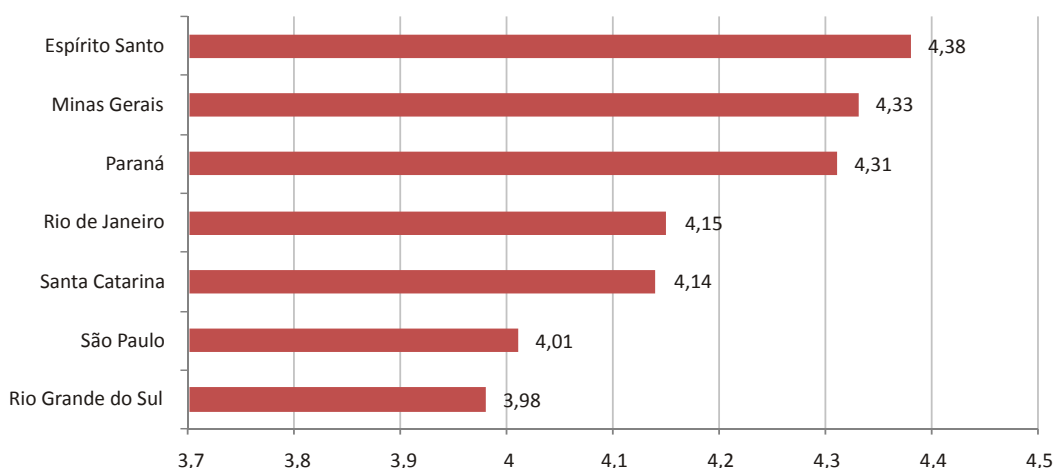
O relatório da UNICEF - Situação Mundial da Infância 2011 – indica que é necessário investir na proteção e no desenvolvimento da população mundial de 1,2 bilhão de adolescentes para romper com ciclos de pobreza e iniquidade. Segundo o relatório, é na segunda década da vida que as iniquidades aparecem de forma mais evidente. Os dados disponíveis comprovam que a iniquidade é um dos principais fatores que impedem que os adolescentes mais pobres e vulneráveis continuem sua escolarização e os expõem a situações de abuso, exploração e violência.

2.2 Educação

A educação é considerada o principal instrumento para a elevação dos níveis de capital humano e para promover o bem-estar de jovens e adolescentes. Além disso, a interação que surge nas escolas também acumula capital social, já que ali se constroem relações sociais, redes de amigos e contatos. Neste sentido, a educação, em conjunto com a família, constitui um dos espaços primários de socialização entre os jovens.

O processo de escolarização ainda está intimamente vinculado a entrada e ascensão do jovem no mercado de trabalho. Dessa forma, a juventude é fase crucial para qualificação e preparação dos indivíduos para um bem estar social e econômico futuro.

Figura 4 - Desigualdade educacional entre ocupados no Espírito Santo

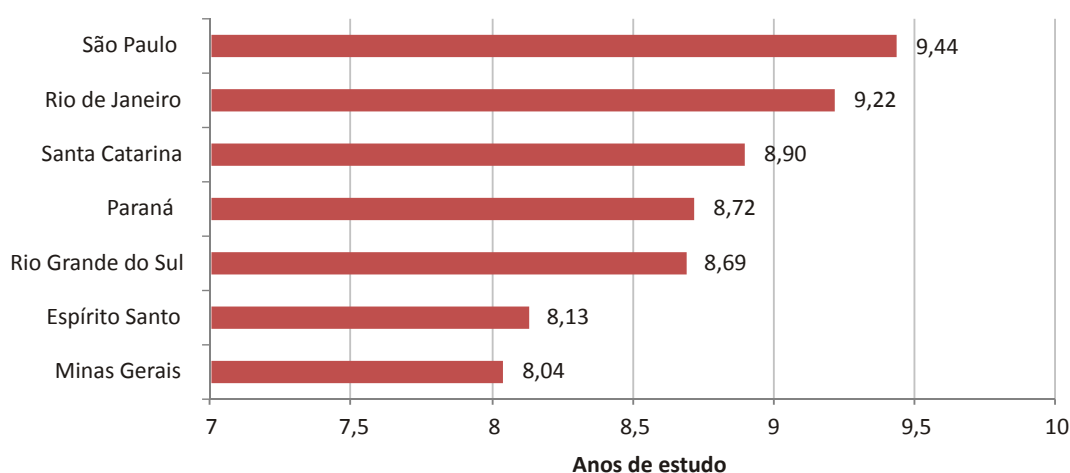


Fonte: PNAD 2009

Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN

O Espírito Santo apresenta o maior nível de desigualdade educacional entre os ocupados, portanto, isso revela uma tendência de baixa escolaridade mesmo entre os ocupados.

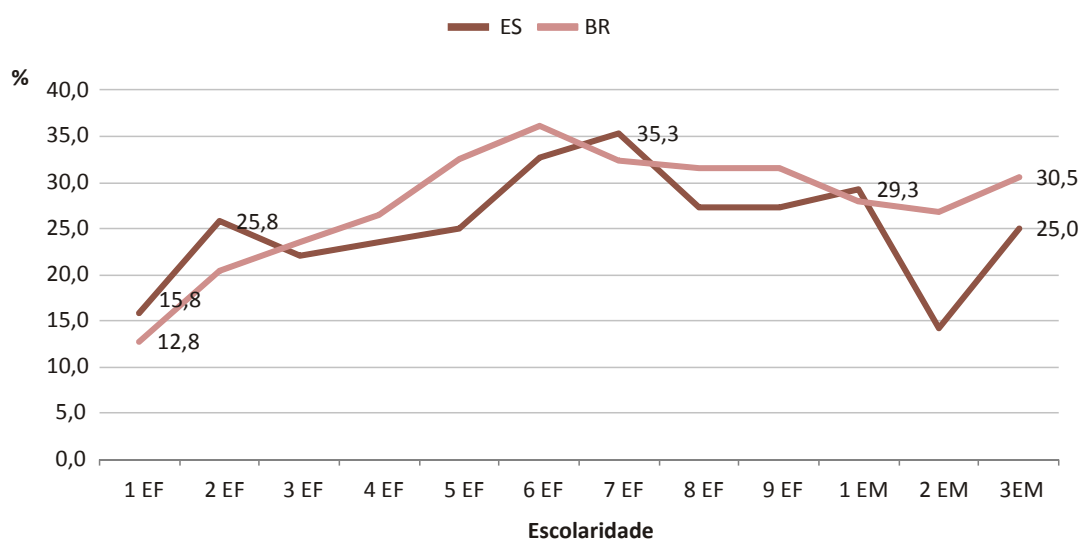
Figura 5 - Escolaridade média dos ocupados no Espírito Santo



Fonte: PNAD 2009
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN

Os dados da PNAD de 2009 revelam que nos dois primeiros anos do ensino fundamental o percentual de alunos em ano irregular de estudo no estado do Espírito Santo supera a média nacional, respectivamente, 15,8% e 25,8%. Como podemos ver no próximo gráfico essa marca também é superada no 7º ano do ensino fundamental (35,3%) e no 1º do ensino médio (29,3%).

Figura 6 - pessoas em ano irregular de estudo no Espírito Santo



Fonte: PNAD 2009
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN/Coordenação de Estudos Sociais

A maior parte dos jovens que estão atrasados em sua escolaridade, e que também tendem a evadir mais das escolas são pobres, segundo PNAD 2009 64,2% das pessoas desse grupo social não estudavam. Vê-se assim um ciclo de reprodução da pobreza, pois a necessidade imediata de trabalhar cedo, para ajudar os pais entre outros motivos, afasta os jovens pobres de uma maior qualificação escolar, e de uma maior condição de entrar no mercado de trabalho com um bom emprego.

A confirmação disso está nos dados de ocupação segundo anos de estudo, o mercado de trabalho do estado do Espírito Santo vem exigindo maior escolaridade de seus integrantes. De 2001 a 2004 a faixa de anos de estudo de maior representação entre os ocupados era a de 4 a 7 anos, no entanto, a partir de 2005 os ocupados com 11 a 14 anos de estudo passaram a ser maioria, representando, em 2009, 32% da População Economicamente Ativa.

Tabela 2 - Média de anos de estudo dos jovens de 15 a 24 anos

	Media anos de estudo	Media de anos de Idade
Jovens que trabalham e estudam	9,66	18,74
Jovens que só trabalham	9,38	21,25
Jovens que só estudam	8,25	16,72
Jovens que não estudam e não estão ocupados	8,10	20,18

Fonte: PNAD 2009

Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN/Coordenação de Estudos Sociais

A tabela (2) aponta que os jovens que não estudam e não trabalham, juntamente com aqueles que só trabalham, possuem uma média de idade maior, e no caso do primeiro grupo, uma média de anos de estudos menor, ou seja, aqueles que no momento não estão ocupados ou estudando já apresentam um atraso no que diz respeito à formação escolar: 8,10 anos de estudo.

Devido às adversidades que impedem os jovens pobres de permanecer nas escolas percebe-se um processo de distanciamento entre ambos. As escolas não conseguem estabelecer fortes e duradouros laços com seus alunos, e da mesma forma, os jovens pobres não enxergam mais na escola uma referência de preparação para vida e para o trabalho.

2.3 Trabalho e alocação do tempo

As oportunidades de ingresso no mercado de trabalho somado a análise dos usos do tempo são de extrema importância para a compreensão da vulnerabilidade na juventude.

Muitos estudantes abandonam os estudos para trabalhar, comprometendo, por muitas vezes, seu processo de formação e capacitação profissional. Assim, percebe-se uma defasagem do ensino formal frente às novas exigências de habilidades e conhecimentos, e isso tem constituído inequívoca fonte de vulnerabilidade.

A vulnerabilidade atinge os trabalhadores em diversas dimensões, ou seja, dado às referidas novas exigências do mercado, e heterogeneidade da produção contribuem para que este grupo enfrente maiores dificuldades baseadas na falta de estabilidade nos empregos, crescimento da informalidade e escassa abertura de novos postos de trabalho. Assim, podemos afirmar que o trabalho é um dos insumos mais categóricos com os quais contam os indivíduos de classes médias e baixas.

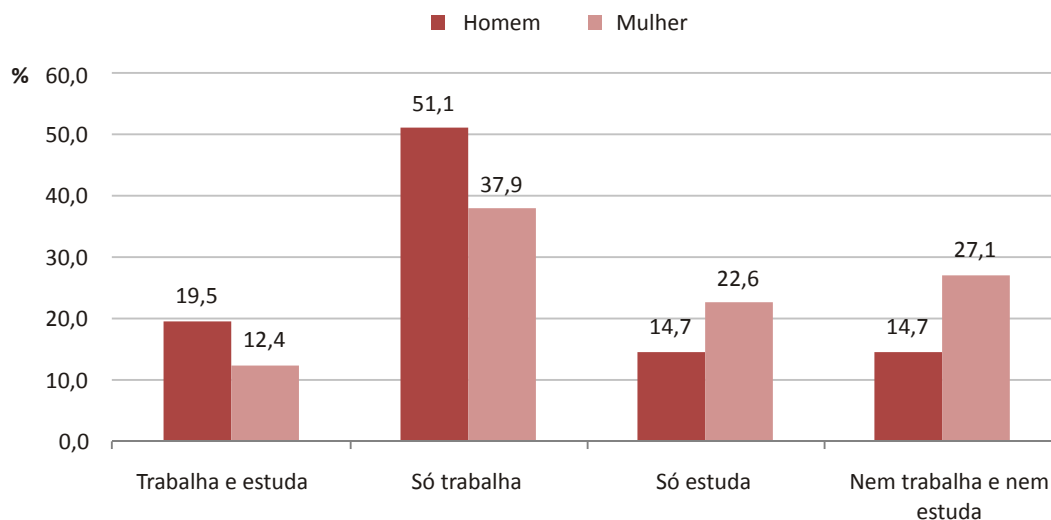
Para a pesquisadora da Unesco no Brasil, Mary Castro (2001), Juventude e Trabalho é um campo polêmico e revelador da condição de vulnerabilidade dos jovens:

Várias fontes alertam para a situação de vulnerabilidade dos jovens quanto ao trabalho, sendo esse um dos contingentes populacionais que apresenta algumas das mais altas taxas de desemprego e de subemprego no país, já que enfrenta problemas singulares quanto à primeira inserção no mercado, considerando o requisito da experiência prévia. É também uma população que vem exigindo novos enfoques da educação profissionalizante, novos olhares sobre qualificação profissional, especialmente nas famílias mais pobres. De fato, as mudanças no mundo do trabalho, a desregulamentação e a flexibilização da economia demandariam habilidades, nem sempre disponíveis aos jovens de setores populares – como conhecimentos em informática e línguas estrangeiras - isso em um contexto de diminuição dos postos de trabalho para grande parte da população. Por outro lado, trabalho e juventude são campos de polêmica, inclusive no meio internacional, não havendo consenso sobre a propriedade da inserção no mercado de trabalho quando se trata de uma população que, em princípio, deveria estar dedicada aos estudos (...).

A forma com que os jovens usam seu tempo revela características de seu estilo de vida, o que fazem em seu tempo livre, e até mesmo do que estão limitados. As medidas de alocação do tempo revelam como os jovens estão se dedicando ao trabalho e aos estudos. Fatores como pobreza, tipo de ocupação, nível de instrução e sexo influenciam diretamente em como o jovem fará uso de seu tempo.

Em 2009, os jovens do Espírito Santo foram classificados quanto alocação do tempo da seguinte forma:

Figura 7 - Alocação do tempo dos jovens de 16 a 24 anos no Espírito Santo



Fonte: PNAD 2009

Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN/Síntese dos Indicadores Sociais

Nota-se que 70% dos homens já estão trabalhando até os 24 anos. As mulheres são maioria entre aqueles que só estudam, e também, entre aqueles que não trabalham nem estudam.

Tabela 3 - Jovens no Espírito Santo à procura de emprego

	Homens	Mulheres
Jovens que só estudam	21,4	15,8
Jovens que não estudam e não estão ocupados	45,2	32,3

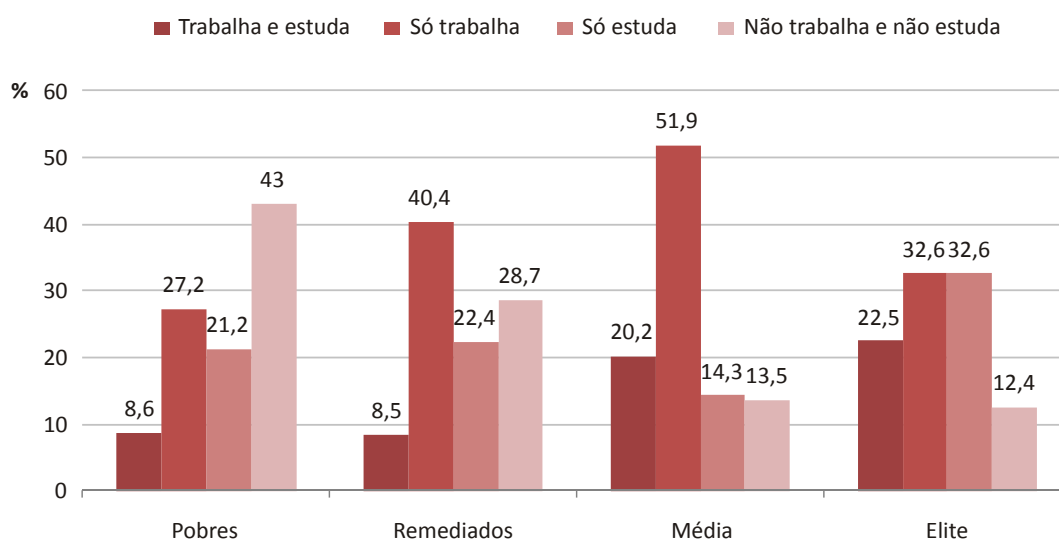
Fonte: PNAD 2009

Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN/Coordenação de Estudos Econômicos

A tabela (3) mostra que, mesmo sendo maioria no mercado de trabalho entre os jovens, são os homens que mais procuram emprego. As mulheres costumam ter mais obstáculos, como gravidez e casamento, para conseguir tempo para dedicação ao trabalho (esse ponto será aprofundado nos próximos tópicos).

As classes sociais também levam os jovens a adotar diferentes formas de usos do tempo, como mostra a ilustração gráfica da figura (8).

Figura 8 - Alocação do tempo por classes sociais no Espírito Santo

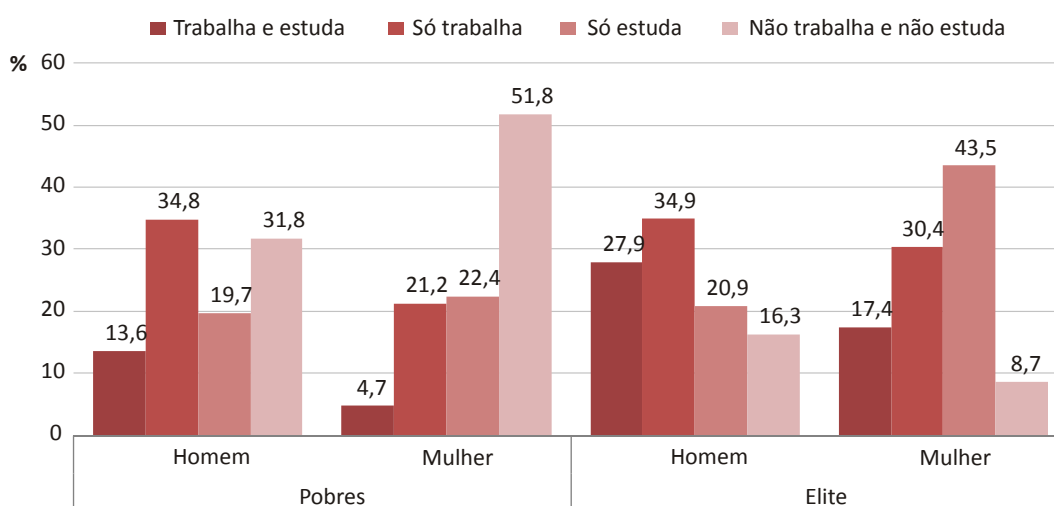


Fonte: PNAD 2009

Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN/Síntese dos Indicadores Sociais

Importante notar que 43% dos jovens pobres não trabalham e nem estudam, na elite é de apenas 12,4%. O fato de ser mulher e pobre aumenta esse número para 51,8% como revela a figura 13.

Figura 9 - Alocação do tempo para jovens (pobres e elite)



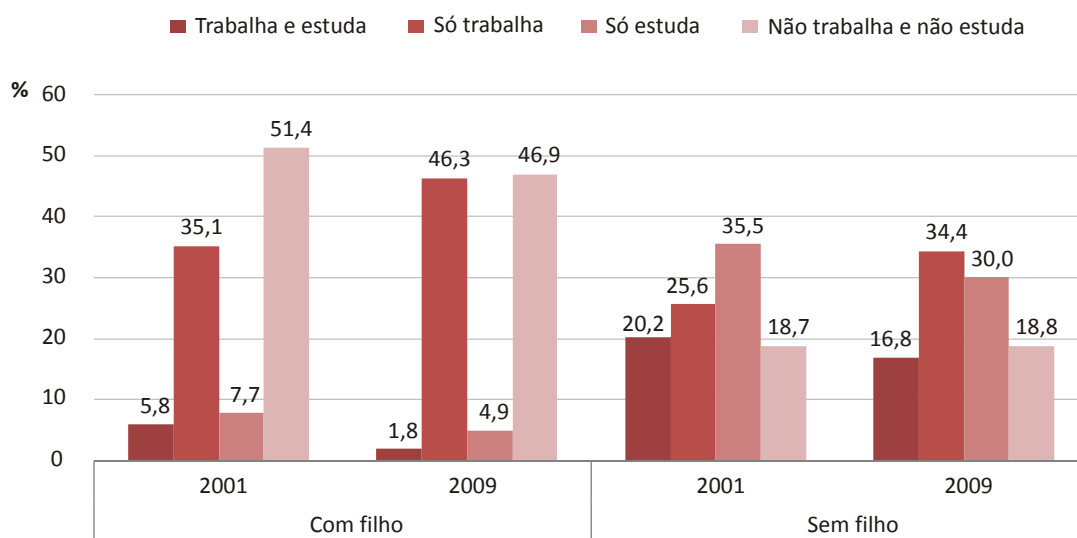
Fonte: PNAD 2009

Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN/Coordenação de Estudos Econômicos

Ainda na continuação desse ciclo de reprodução de vulnerabilidades, como mostra a figura (10), se a mulher tiver filho aumenta de 18,8% para 46,9% sua probabilidade a não trabalhar e não estudar.

Nota-se que ainda há 46,3% de mulheres com filhos que só trabalham, ou seja, já abandonaram os estudos, conseqüentemente, apenas 6,8% das mulheres com filhos conseguem continuar seus estudos. Esse fato terá um impacto futuro quando se avalia a dificuldade da mulher em conseguir seu primeiro emprego.

Figura 10 - Alocação do tempo das mulheres jovens no Espírito Santo



Fonte: PNAD 2009

Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN/Coordenação de Estudos Econômicos

Esses números reforçam a gravidez não planejada como um grande catalisador do jovem para uma situação de vulnerabilidade social. Mais de 90% das jovens com filho deixam de estudar, o que no mínimo provoca um atraso em sua escolarização, sem contar com aquelas que nunca mais voltarão às escolas.

2.4 Arranjos familiares

As famílias, comumente tratadas como instituição socializadora primária, passaram por diversas mudanças ocorridas no plano socioeconômico e cultural que interferiram em sua dinâmica e estrutura, o que possibilitou alterações em seu padrão tradicional de organização.

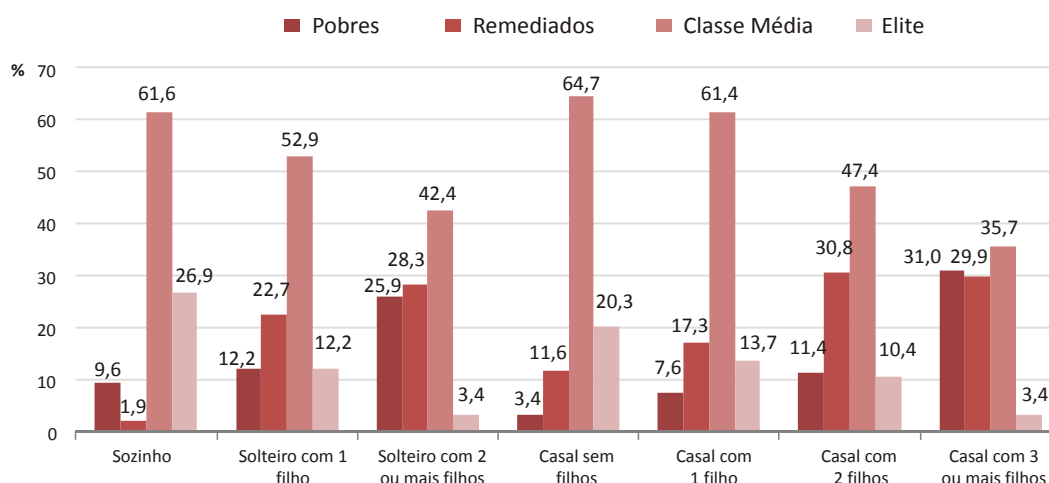
Segundo Gomes e Pereira (2005), para a família pobre marcada pela fome e pela miséria, a casa representa um espaço de privação, de instabilidade, e de esgarçamento dos laços afetivos e de solidariedade. Essa casa pode deixar de ser um espaço de proteção para ser um espaço de conflito, normalmente estas famílias não possuem redes de apoio para enfrentamento das adversidades, resultando assim, na sua desestruturação. A realidade das famílias pobres não permite que ela possa

ser a propulsora do desenvolvimento sustentável dos seus membros, uma vez que seus direitos estão sendo negados. Por isso, um dos fatores de sucesso, nessa área de atuação das políticas públicas, está na consideração não apenas do indivíduo vulnerável, mas toda sua família.

A forma com que os jovens usam seu tempo revela características de seu estilo de vida, o que fazem em seu tempo livre, e até mesmo do que estão limitados. As medidas de alocação do tempo revelam como os jovens estão se dedicando ao trabalho e aos estudos. Fatores como pobreza, tipo de ocupação, nível de instrução e sexo influenciam diretamente em como o jovem fará uso de seu tempo.

Em 2009, os jovens do Espírito Santo foram classificados quanto alocação do tempo da seguinte forma:

Figura 11 - Classes sociais por arranjos familiares no Espírito Santo



Fonte: PNAD 2009

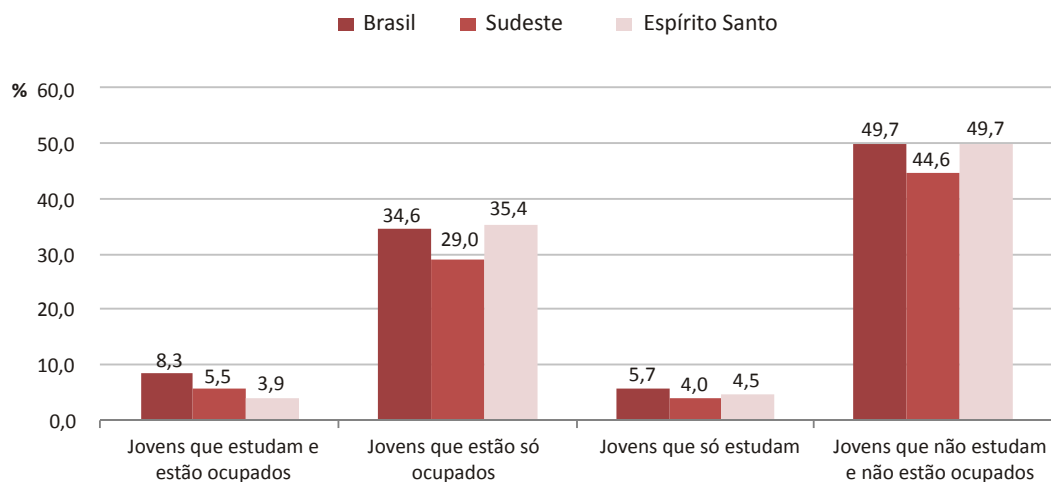
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN/Síntese dos Indicadores Sociais

O Espírito Santo confirma essa realidade, o gráfico acima aponta que 88,1% dos pobres estão entre as famílias com filhos, e ainda, 38,1% estão entre famílias de solteiros com filhos.

A questão das famílias de jovens, não planejadas, deve ser tratada com muita atenção, pois a gravidez precoce acaba aumentando a condição de vulnerabilidade da jovem e sua família. Como vimos, esse é mais um fator que afasta os jovens da escola e de uma melhor preparação para inserção no mercado de trabalho.

O relatório da UNICEF, Situação Mundial da Infância 2011 – Adolescência - aponta que apesar da diminuição das taxas de fecundidade, a gravidez na adolescência é um fenômeno que pouco se alterou na última década, tendo inclusive aumentado para a faixa etária de 10 a 14 anos. Em 1998, foram registrados 27.237 nascimentos no Brasil de mães entre 10 a 14 anos. Em 2004, o número foi de 26.276 e, em 2008, de 28.479 (Sinasc, 2008). O relatório ainda mostra que complicações relacionadas à gravidez e ao parto estão entre as principais causas de morte de meninas de 15 a 19 anos de idade em todos os lugares do mundo.

Figura 12 - Mulheres que tiveram filhos no Espírito Santo até 24 anos



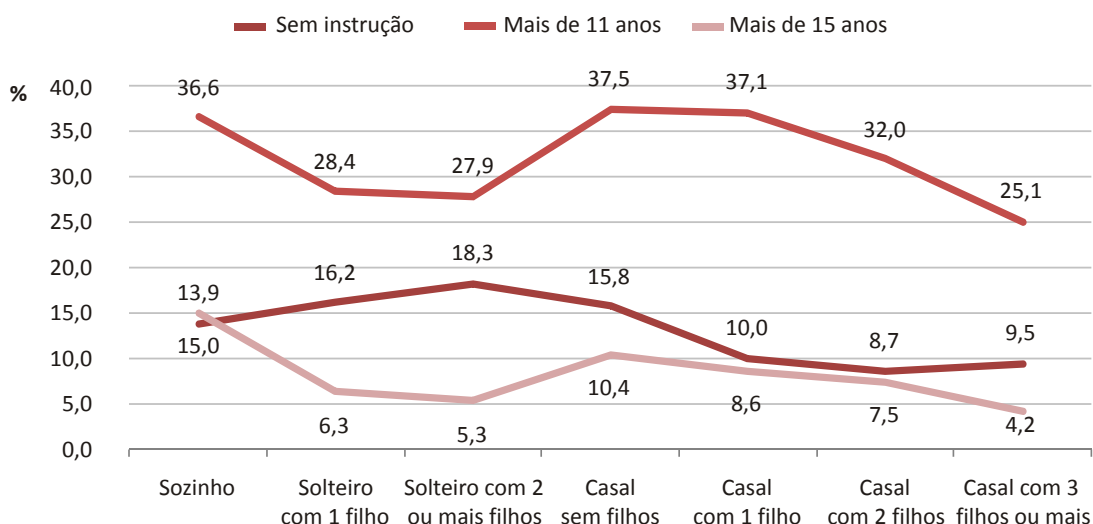
Fonte: PNAD 2009

Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN/Síntese dos Indicadores Sociais

Com isso, importante observar como ocorre esse fenômeno hoje no Espírito Santo. O gráfico da figura (12) mostra que das jovens que só trabalham, no estado, 35,4% já tiveram filhos, e ainda, entre aquelas que não estudam e não trabalham esse número sobe para quase 50%.

Na figura (13) fica evidente o impacto da gravidez precoce nas famílias de pais solteiros no estado, relacionado à continuidade dos estudos.

Figura 13 - Nível de instrução por arranjos familiares no Espírito Santo



Fonte: PNAD 2009

Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN/Coordenação de Estudos Sociais

O arranjo familiar de solteiro com 2 ou mais filhos é o que mais possui integrantes sem instrução, 18,3%, seguido por solteiro com 1 filho que possui 16,2% de pessoas sem estudo. Ainda importante frisar, que mesmo entre os casados a chegada dos filhos apresenta relevante impacto no nível de instrução do jovem.

Entre aqueles que concluíram ensino superior, 15 anos ou mais de estudo, os solteiros com 2 filhos ou mais representam apenas 5,3%, e entre os solteiros com 1 filho apenas 6,3%. Mais uma vez deve-se considerar a aproximação entre as categorias - solteiro e os jovens.

2.5 Gênero

Examinar o tema juventude sem a perspectiva de gênero implica em uma análise parcial, que não levará em conta as diferenças existentes nas passagens consideradas marcantes para as jovens e os jovens.

Se para os homens a entrada para o mercado de trabalho pode ser considerada a primeira e mais importante transição para a vida adulta, para as mulheres jovens, o casamento e a maternidade revelam-se como fundamentais (CAMARANO, 2006).

Enquanto a vulnerabilidade afeta o primeiro grupo por seu estilo de vida de maiores riscos a mortes violentas, o segundo grupo de gênero está mais próximo da pobreza, evasão escolar, e da dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Os dados apresentados nos pontos subsequentes contextualizam jovens e a questão de gênero no Espírito Santo.

2.5.1 A vulnerabilidade juvenil feminina no Espírito Santo

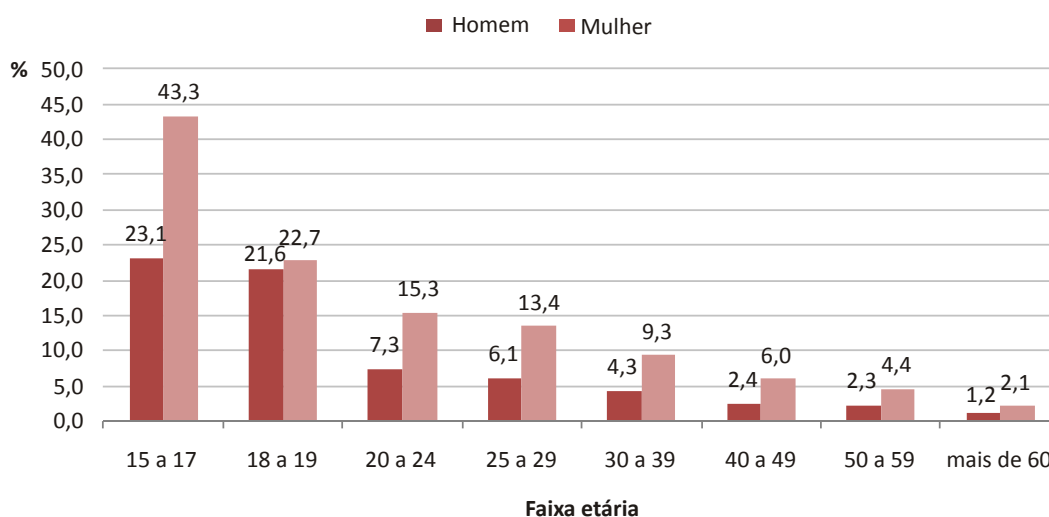
As mulheres jovens se caracterizam por vulnerabilidades que se relacionam com a pobreza e a desocupação. No Espírito Santo esse fenômeno não é diferente.

A juventude tem a entrada do mercado de trabalho como um de seus momentos mais importantes. Em 2009, no Espírito Santo, existiam 512 mil mulheres, de 15 anos ou mais, na população não economicamente ativa, enquanto os homens representavam menos da metade desse número, 232 mil. Parte desta alta inatividade já pode ser um indicador de desalento das mulheres devido às dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, provavelmente provocado por compromissos domésticos.

Quando se trata da População Economicamente Ativa, essa tendência se confirma mais uma vez. Em 2009 tinha-se 1 milhão e 45 mil homens na PEA do Espírito Santo, e 852 mil mulheres.

O gráfico a seguir é um reflexo dessa situação, ainda relativo a PEA, os homens conseguem se ocupar mais cedo e possuem um percentual de desocupação muito abaixo das mulheres.

Figura 14 - Desocupação e gênero no Espírito Santo/2009

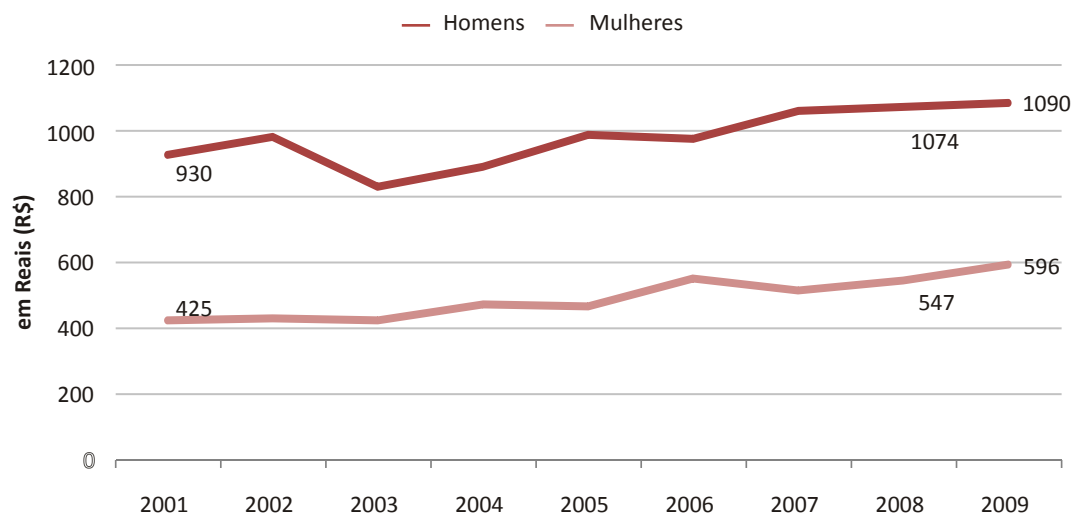


Fonte: PNAD 2009

Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN/Coordenação de Estudos Sociais

As mulheres, entre 15 a 17 anos, chegam a 43% de desocupação, enquanto os homens nessa mesma faixa etária representam 23,1% dos desocupados.

Figura 15 - Renda média e gênero no Espírito Santo/2009



Fonte: PNAD 2009

Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN/Coordenação de Estudos Sociais

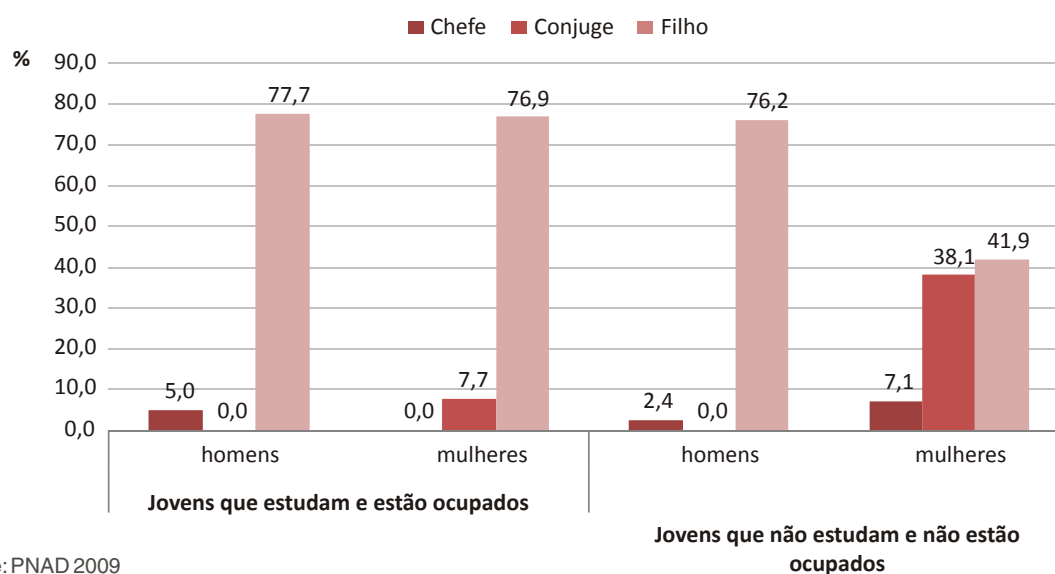
A dificuldade de inserção e permanência no mercado de trabalho da mulher jovem está refletida na renda média das mulheres, quase 50% inferior a renda dos homens (figura 15). Interessante investigar se essa não é uma percepção do mercado sobre a produtividade feminina, ainda mais se considerarmos que geralmente elas possuem média de escolarização superior aos homens.

Em uma análise comparativa das variáveis apresentadas anteriormente, nota-se como as mulheres e homens jovens acabam tendo trajetórias muito diferentes na transição para a vida adulta.

A figura (16) ilustra como as mulheres acabam saindo de casa mais cedo para constituir uma nova família, principalmente aquelas que não estudam e nem trabalham – 45% delas são cônjuges ou chefes de família até os 24 anos. Em contraposição, apenas de 2% a 5% dos homens saem de casa antes dos 24 anos.

As mulheres que estão ocupadas e/ou trabalhando tendem a ter o mesmo comportamento dos homens, de adiar a saída da casa dos pais. Dessa forma, pode-se aferir que a gravidez não planejada é um dos fatores cruciais para essa formação precoce de famílias que já nascem em condições de alta vulnerabilidade social.

Figura 16 - Jovens e condição no domicílio Espírito Santo



Fonte: PNAD 2009

Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN/Coordenação de Estudos Econômicos

A maior diferença de comportamento de gênero no que diz respeito à condição de domicílio fica evidenciada no grupo de jovens que estão sem estudar e trabalhar. Mesmo nessas condições os homens continuam morando com os pais, já as mulheres, em grande parte, estão com suas próprias famílias (na condição de cônjuge ou chefe)⁴.

⁴Veja em anexo tabela completa de caracterização dos jovens 2009 - Brasil, Sudeste e Espírito Santo.

2.5.2 A vulnerabilidade juvenil masculina no Espírito Santo: delinquência juvenil

Da mesma forma que são as maiores vítimas, os jovens também predominam na autoria de crimes como: homicídios, furtos, roubos, uso/tráfico de drogas e armas. Essa relação próxima entre os jovens, principalmente do sexo masculino, e a criminalidade, alimentou o interesse de diversos estudos nacionais e internacionais sobre a questão da delinquência juvenil, das sub-culturas de gangues, etc.

No nível internacional, os pesquisadores da Escola de Chicago (a partir de 1910) logo perceberam a grande relevância em estudar a delinquência juvenil inserida em seu contexto histórico e social. Foram pioneiros em associar as hipóteses teóricas da criminologia aos estudos empíricos da criminalidade.

Cohen (1955) foi um dos precursores do uso da Sociologia da Violência e Criminalidade integrando as teorias da associação diferencial de Sutherland (1939), da desorganização social de Shaw e Mckay (1931), e da Anomia de Merton (1938), para buscar explicação sobre as subculturas delinquentes, principalmente entre os jovens. Cohen (1955) acaba tipificando três respostas (ou reações) dos jovens às subculturas criminosas. Na primeira eles abandonariam a de garoto excluído⁵ (“corner-boy”) para a vida de estudante (“college-boy”). A segunda seria a dos garotos que aceitariam esse caminho e se adaptariam a esse estilo de vida desde o começo. Já a terceira alternativa seria a resposta delinqüente, quando os jovens rejeitam o modelo padrão da classe média, seus valores e objetivos – esse modelo reativo usa a agressão para legitimação de uma subcultura delinqüente com o apoio de diversos jovens.

Ainda temos a classificação de gangues jovens de Huff (1989): hedonistic gangs (drugs); instrumental gangs (property offenses); and, predatory gangs (violent crimes). Com livre tradução do autor – gangues hedonistas (relacionadas às drogas); gangues pragmáticas (associadas à crimes contra propriedade); e gangues predatórias (vinculadas aos crimes violentos).

Importante ainda reforçar esse estudo da delinquência juvenil, de suas ligações sociais, relacionadas ao ambiente, às variáveis ecológicas e estruturais, basicamente, elas são representadas através das contribuições dos teóricos da Desorganização Social, como: Shaw e McKay (1931) estudos da delinquência juvenil urbana; Thrasher (apud Kornhauser 1978) com modelos de Controle Social; modelo de Bursik e Grasmick (1993) – organização social e vizinhança (controles sociais informais); Sampson, 1997 com estudos sobre a Eficácia Coletiva, além dos estudos de migração, vizinhança e estabilidade social (Patillo, 1998; Todd, 2003), e outros.

Após muito tempo preso aos estudos de pobreza⁶ e criminalidade, as pesquisas sobre juventude e criminalidade no Brasil também ganharam grande relevância (Zaluar, 1994; Waiselfisz, 1998; Adorno, 1999; Peralva, 2000; Beato, 2002; Sposito, 2001)⁷.

⁵ Livre tradução do autor.

⁶ Para maior aprofundamento no tema leia “Sobre sociólogos, pobreza e crime” (Campos Coelho, 1980).

⁷ Não que a pobreza não seja uma variável importante, mas estudos mono causais relacionados a esse tema impediram, durante muito tempo, uma maior diversidade de estudos sobre criminalidade no Brasil.

Inspirado em artigo de Cohen e Felson (1979), Beato (1998) desenvolve estudo sobre os determinantes da criminalidade em Minas Gerais no qual afirma que:

Ao contrário do proposto em pilhas de produção intelectual e pesquisa sistemática, a correlação a ser estabelecida para a explicação do crime não é com a pobreza, mas com a riqueza. Isso porque a prosperidade termina por ensejar um incremento nas oportunidades para a ação criminosa, na medida em que fornece alvos viáveis e compensadores, bem como dificulta os mecanismos tradicionais de controle social e vigilância.

Estudos, como o citado acima, apontaram novos rumos para a compreensão da delinqüência no Brasil. Dessa forma o indivíduo pobre deixa de ser visto como um potencial delinqüente, e os fatores sócio-contextuais ganham papel central para os estudos da criminalidade, inclusive a juvenil.

Assim, chega-se hoje aos estudos sobre vulnerabilidade social e a delinqüência na juventude, Vignoli (2001) e Filgueira (2001) sustentam que a violência sofrida e praticada pelos jovens possui fortes vínculos com a condição de vulnerabilidade em que se encontram.

Abramovay e Castro (2002) também desenvolveram pela Unesco Brasil o estudo: Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: desafios para políticas públicas. Para Abramovay (2002), a situação de vulnerabilidade aliada às turbulentas condições socioeconômicas ocasiona uma grande tensão entre os jovens que agrava diretamente os processos de integração social e, em algumas situações, fomenta o aumento da violência e da criminalidade.

Cabe reforçar que essa tensão (de acesso às oportunidades) não vem unicamente da esfera econômica, as esferas sociais e culturas contribuem muito para entendermos por que jovens de uma mesma classe social podem ter comportamentos diversos, alguns se tornando delinqüentes e outros não. Da mesma forma, essa vulnerabilidade também tem origem no tipo de relação que os jovens possuem com suas famílias e comunidades – o que Sampson (1989) conceitua de “eficácia coletiva”.

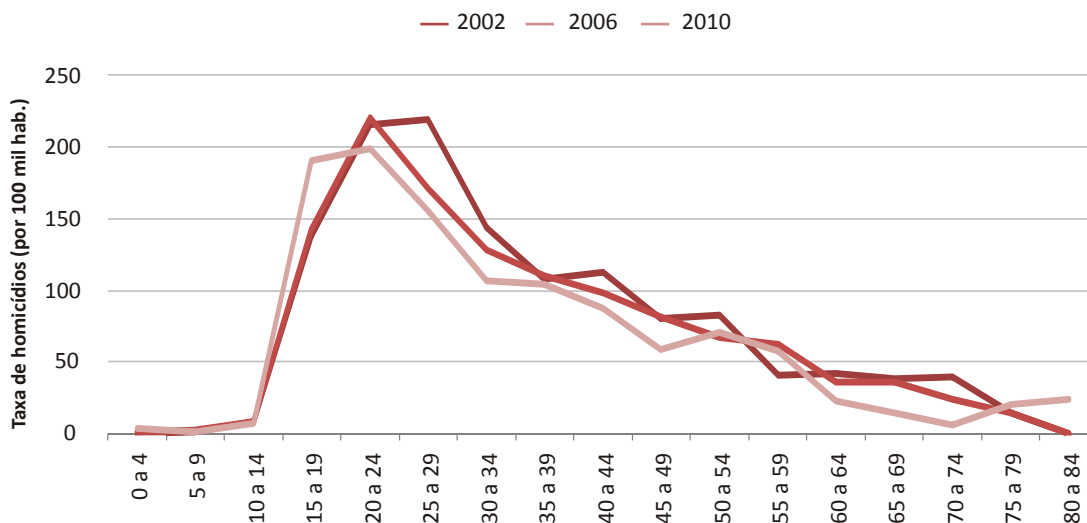
2.5.3 Informações criminais

Os números oficiais nacionais existentes sobre violência, bem como pesquisas quantitativas e qualitativas que vêm sendo realizadas, confirmam que são os jovens as maiores vítimas da violência no Brasil. Isto se manifesta de maneira mais exacerbada ainda no caso dos homicídios, sendo que a taxa deste crime entre jovens do sexo masculino no Brasil se compara às de regiões que vivem em guerra declarada. (CASTRO; AQUINO; et al, IPEA, 2009).

Com isso, os homens tendem a vulnerabilidade em sua juventude, principalmente levados pelo estilo de vida de riscos, emoções, e ações impulsivas.

Dessa forma, em 2009 no estado do Espírito Santo, 56,7% das mortes por causas externas ocorreram até aos 34 anos, e ainda, 83% das vítimas era do sexo masculino.

Figura 17 - Taxa de homicídio por 100 mil hab., faixa etária, sexo masculino - Espírito Santo

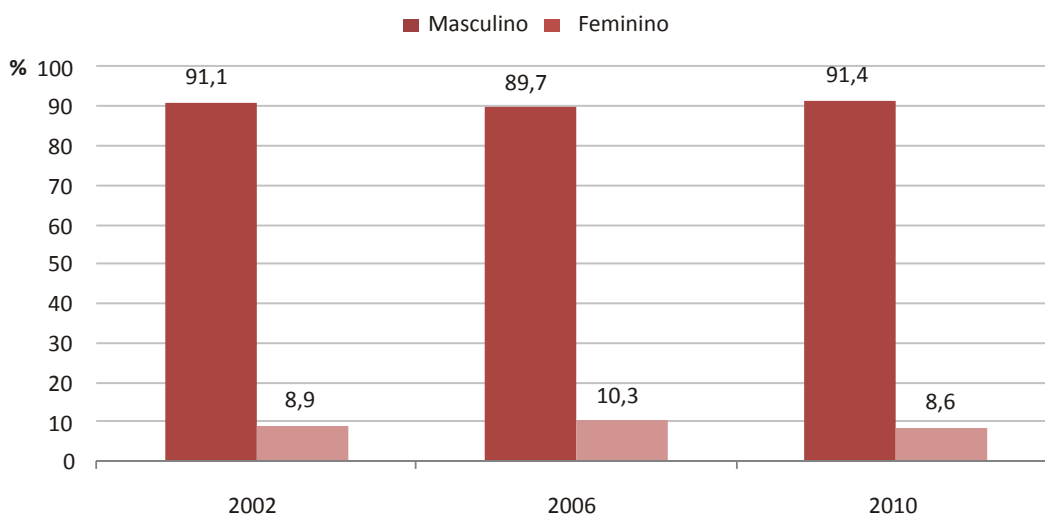


Fonte: GEAC-SESP/Projeção Pop. DataSus

Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN/Coordenação de Estudos Sociais⁸

Na faixa de 20 a 24 anos a taxa de homicídios entre jovens no estado atinge o pico de 200 por cem mil habitantes no ano de 2010. Ainda, no mesmo ano, os dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública organizados pelo Instituto Jones dos Santos Neves – Coordenação de Estudos Sociais, indicam que 91,4% dos homicídios ocorreram entre pessoas do sexo masculino.

Figura 18 - Proporção de homicídios por sexo no Espírito Santo



Fonte: GEAC-SESP

Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN/Coordenação de Estudos Sociais

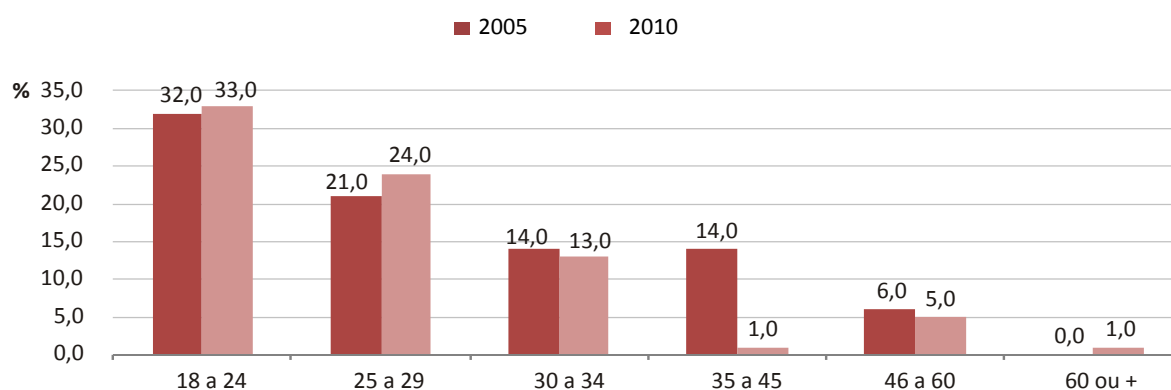
⁸ A elaboração dos gráficos sobre delinquência juvenil no ES, em sua maioria, contou com a colaboração técnica do pesquisador da Coordenação de Estudos Sociais do Instituto Jones dos Santos Neves - Deivison Souza Cruz.

Não é difícil de imaginar as conseqüências da maior vitimização masculina para as mortes por homicídios. Os dados da PNAD 2009 para o Espírito Santo, indicam que o índice de envelhecimento dos homens apresenta valor abaixo das mulheres; 25,6 idosos por 100 jovens do sexo masculino / 33,8 jovens por 100 idosos do sexo feminino. Nota-se uma relação entre a alta mortalidade na juventude e a redução no número, que seria natural, de homens idosos.

No entanto, os jovens e os homens também são a grande maioria dos autores da criminalidade. Sabe-se que, além da grande predominância do sexo masculino, os envolvidos em homicídio encontram-se em maior incidência entre os 16 e 24 anos.

Na figura 19 percebe-se que, dos 72% dos casos computados oficialmente, 57% dos presos em 2010 no estado se encontravam na faixa de 18 a 29 anos de idade.

Figura 19 - Percentual de presos do sexo masculino por faixa de idade



Fonte: Dados da SEJUS enviado à SENASP

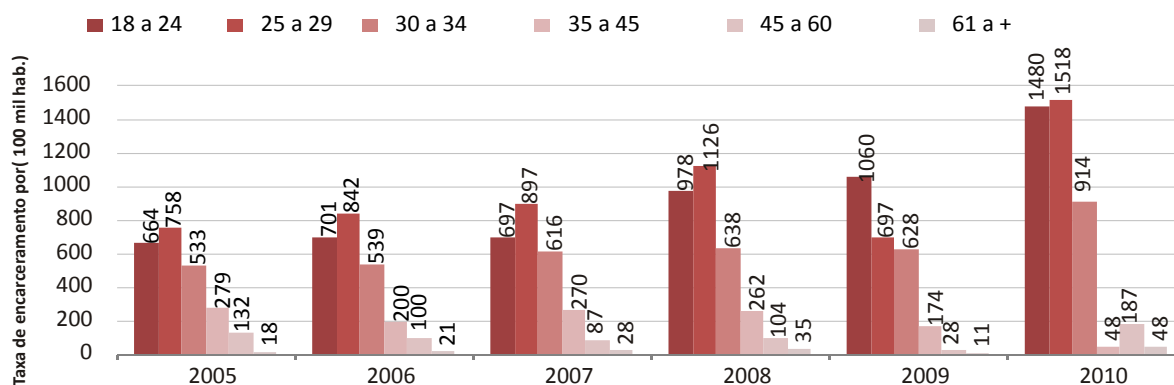
Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN/Coordenação de Estudos Sociais

A gravidade do problema da delinquência juvenil pode ser observada quando indicadores socioeconômicos melhoram, tais como: crescimento da economia, redução de desemprego, redução do número de pobres, redução da criminalidade (de forma geral), sem, no entanto, alterar as taxas de delinquência entre jovens.

Em 2009, o grupo etário de 18 a 24 anos, se tornou a faixa com a mais alta taxa de encarceramento do Espírito Santo, substituindo a faixa etária de 25 a 29 anos.

Ou seja, a população prisional parece passar por um processo de rejuvenescimento, no qual os jovens vêm representando uma fatia cada vez maior desse universo. De 2005 a 2010 houve um aumento de 110% de presos do sexo masculino entre 18 e 24 anos idade.

Figura 20 - Taxa de encarceramento no Espírito Santo por 100 mil hab, sexo masculino, faixa de idade



Fonte: GEAC-SESP

Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN/Coordenação de Estudos Sociais

As políticas públicas de segurança precisam levar em consideração não só as ações repressivas, elas devem ser pensadas com o objetivo de integrar melhor os jovens à estrutura social. A “eficácia coletiva”⁹ deve ser usada a favor da sociedade, para isso é preciso que os jovens façam parte dela.

Os dados envolvendo todos os fatores tratados nesse estudo (pobreza, educação, arranjos familiares, trabalho, gênero/criminalidade) atestam a condição acentuada de vulnerabilidade dos jovens brasileiros e capixabas, muitos deles vivendo em diferentes níveis de exclusão social.

Ainda, cabe reforçar, que outro aspecto perverso da vulnerabilidade é a escassa disponibilidade de recursos materiais ou simbólicos a indivíduos ou grupos excluídos da sociedade. O não-acesso a determinados insumos (educação, trabalho, saúde, lazer e cultura) diminui as chances de aquisição e aperfeiçoamento desses recursos que são fundamentais para que os jovens aproveitem as oportunidades oferecidas pelo Estado, mercado e sociedade para ascender socialmente.

Nesse contexto Vignoli (2001) chega às seguintes considerações:

A crescente incapacidade do mercado de trabalho em absorver indivíduos pouco qualificados ou com pouca experiência, como é o caso dos jovens.

As dificuldades enfrentadas pelos governos em reformar os sistemas educacionais para que acompanhem as mudanças da sociedade e incorporem as novas aptidões e habilidades requeridas.

As tendências no quadro cultural contemporâneo, por um lado estimulam a sexualidade precoce e por outro incentivam as resistências em educar, sensibilizar e oferecer os meios para evitar que tal atividade favoreça a gravidez não planejada e o contágio de doenças sexualmente transmissíveis - incluindo a AIDS.

⁹ Conceito de Sampson (1989).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transição para a vida adulta pode representar, ao mesmo tempo, uma fonte de expectativas no futuro, pela possibilidade de mobilidade social e/ou de frustrações, pois pode significar também rotinas, precariedade e exclusão social (Camarano, 2006).

O presente estudo pontuou os principais fatores de influência para o agravamento da situação de vulnerabilidade dos jovens. Compreendê-los é pré-requisito para qualquer ação na área, caso contrário corre-se um grande risco de intervenções parciais e de pouco efeito.

No Brasil, e no estado do Espírito Santo, a incidência da pobreza entre os jovens acaba provocando uma condição de vulnerabilidade que ainda é somada a uma série de outros fatores, como - formação escolar, inserção no mercado de trabalho, precarização das famílias – o que acaba prendendo o próprio jovem em um ciclo de reprodução da pobreza.

Os dados expostos anteriormente sustentam uma ligação da juventude vulnerável com: pobreza – atraso e evasão escolar – gravidez precoce e não planejada – famílias monoparentais – desocupação ou trabalhos precários.

Mesmo hoje com uma escolaridade média mais elevada, os jovens sofrem com a reestruturação produtiva e a competitividade do mercado de trabalho, tornando cada vez mais difícil a obtenção do primeiro emprego. Com isso, a transição para a vida adulta tem sido retardada (principalmente pelos homens).

De qualquer forma, o jovem em condição de vulnerabilidade acaba não conseguindo acompanhar os anos de escolaridade que vem sendo exigida pelo mercado (como foi visto no Espírito Santo - a escolaridade média dos ocupados subiu para a faixa de 11 a 14 anos; enquanto o grupo de jovens de melhor média de anos de estudos não ultrapassam os 9,6 anos de escolaridade).

Mesmo a formação escolar sendo uma das poucas alternativas de mobilidade social do jovem vulnerável, o que se vê são: as condições socioeconômicas, a necessidade de trabalhar cedo, a gravidez precoce não planejada e conseqüentemente a formação familiar prematura, encaminhando os jovens capixabas para um atraso na formação escolar, para ocupações precárias, ou para o próprio desemprego.

A inserção no mercado de trabalho constitui um dos maiores desafios para os jovens, para aqueles em condição de vulnerabilidade o obstáculo é maior.

Seja devido as dificuldades socioeconômicas, poucas condições de continuidade dos estudos, e uma família pouco estruturada, todos são fatores complicadores para que esses jovens entrem no mercado de trabalho em boas ocupações, com estabilidade, e ainda com perspectivas de ascender na estrutura ocupacional.

O impacto da desigualdade de gênero ainda se evidencia quando é ilustrada a maior dificuldade das mulheres em entrar no mercado de trabalho. Reforçando ainda, o problema das desigualdades educacionais, o atraso escolar que ajuda a manutenção de jovens em um ciclo vulnerável.

A literatura, baseada em diversas pesquisas, aponta que os jovens tendem a formar suas famílias cedo, o que acaba alimentando a relação ciclo familiar e pobreza [Goldani (1999) e Arriagada (1998) apud Camarano, 2006].

No Espírito Santo, os dados das PNADs confirmam esse ciclo quando ilustram que, as famílias mais vulneráveis são, em geral, as formadas por casais jovens com filhos pequenos. E, nos domicílios chefiados por jovens, observa-se um número maior de pessoas que não trabalham e uma dependência maior da renda do chefe. Ainda, nas famílias jovens vulneráveis o trabalho desempenhado por seus membros costuma ser de menor retorno financeiro: homens – trabalhos manuais/braçais; mulheres – trabalhos domésticos.

A polêmica lançada sobre a gravidez, como direito da mulher ou intervenção no planejamento familiar, deve levar em consideração a fragilidade que essa família jovem comumente possui devido a antecipação de formação de uma família. A família extremamente jovem (em condição vulnerável) costuma ter formação escolar precária, subemprego dos chefes (quando formadas por dois – muitas são monoparentais), e em grande parte delas possuem filhos.

O fato é que, segundo dados apresentados nesse estudo, a gravidez aumenta consideravelmente a tendência de desocupação e atraso escolar da mulher, gerando importantes impactos na vida adulta dessas jovens.

As mulheres capixabas possuem uma taxa de desocupação superior aos homens, assim como, aquelas empregadas estão em um patamar de rendimento também abaixo.

Assim, a vulnerabilidade feminina está mais próxima da pobreza e do desemprego. Fatores próprios da mulher jovem, como a gravidez, ainda acentuam essa relação, e não por acaso as famílias mais vulneráveis são aquelas formadas por mães solteiras.

Por outro lado, os homens jovens encontram na violência seu maior potencial de vulnerabilidade, a vitimização por mortes violentas no Espírito Santo tem provocado hoje uma redução média de 7,6% de idosos do sexo masculino. Das mortes por causas externas no estado, 83% das vítimas são do sexo masculino, os jovens mortos por homicídios chegam a representar 91,4%.

Fica evidente que a vulnerabilidade juvenil masculina está extremamente vinculada à violência (seja pelo envolvimento, seja pela vitimização).

Já no que diz respeito à família, questões de formação e trabalho, o homem também sofre, mas consegue se posicionar melhor do que a mulher por algumas características, como: maior facilidade de entrada precoce no mercado de trabalho; rendimento maior (mesmo com mesma função);

adiamento da saída da casa dos pais (o que com a mulher, principalmente com a gravidez e o casamento, não ocorre com tanta frequência).

À guisa de conclusão, a vulnerabilidade dos jovens no Espírito Santo foi explorada nesse estudo através de fatores explicativos que possuem papel relevante para sua compreensão (veja modelo integrado aplicado nesse estudo na tabela 4).

Tabela 4 - Esquema de Estudo integrado: juventude e vulnerabilidade

Nível	Campo de atuação	Variáveis sugeridas	Conceitos para intervenções sociais
Individual	Gênero	Sexo	Autocontrole
Interpessoal	Arranjos familiares Delinqüência juvenil	Nº de gravidez precoce; tipos de famílias; fatores de nível micro de delinqüência juvenil	Eficácia coletiva / mecanismo de controle social (formais e informais)
Institucional	Educação	Pessoas em ano irregular de estudo; evasão escolar; violência nas escolas	Controle social
Institucional	Trabalho	Taxa de desocupação; tipos de empregos; formas de alocação do tempo; custos da criminalidade	Controle social
Estrutural	Pobreza e criminalidade	Grau de pobreza por faixa etária; classes sociais por faixa etária; variáveis contextuais da criminalidade	Condições físicas e sócio-ambientais

Fonte: Thiago de Carvalho Guadalupe (autor)

Dessa forma, espera-se com esse mapeamento do tema ter colaborado para o incentivo de estudos e pesquisas que objetivam uma maior compreensão de forma integrada (holística) da juventude e todas as questões relacionadas a esse grupo social.

Os programas sociais para as juventudes precisam levar em conta os diferentes níveis de atuação (individual, interpessoal, institucional e estrutural), dentro de seus diferentes conceitos (autocontrole; eficácia coletiva; controle social formal e informal; mudanças na estrutura física e social) que dão sustentabilidade às ações, para que todo investimento nesse setor crucial da sociedade alcance a efetividade necessária.

O trabalho de intervenção social precisa funcionar em “rede”, convocando parceiros de todos os níveis, visando a melhoria da qualidade de vida dos jovens e suas famílias integrando as diversas áreas de atuação citadas acima. As políticas voltadas para o tema precisam abranger tanto a redução da pobreza das famílias, quanto pensar a saúde familiar e a gravidez não planejada, a necessidade de dedicação (e conclusão) dos estudos, o planejamento fundamentado em programas de inserção dos jovens no mercado de trabalho, assim como, o incentivo para o não envolvimento deles no mundo da delinquência juvenil.

Enfim, um ciclo histórico de produção de vulnerabilidades juvenis precisa ser interrompido no país, e no estado do Espírito Santo, para que não perpetue entre gerações o mesmo processo de exclusão da juventude, seja de tipo econômica, social ou cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; CASTRO PRINHEIRO, Leonardo; SOUSA LIMA, Fabiano; e MARTINELLI, Claudia da Costa. Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas. Brasília, UNESCO/BID, 2002.

ADORNO, Sérgio, et all. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. São Paulo em Perspectiva, vol.13, n.4, 1999.

ANANIAS, Pedro Luiz Neves VÍcter. Centro de Referência das Juventudes. 2007. Monografia (Graduação), Curso de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas / UFMG, Belo Horizonte, 2007.

AZEVEDO, Fabio Palácio. Juventude Cultura e Políticas públicas; Rio de Janeiro; CEMJ, 2005.

BEATO, Claudio C. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. Rev. Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 13, n. 37, Junho, 1998.

------. Crime e políticas sociais. In: Das Políticas de Segurança Pública às Políticas de Segurança. Relatório do Gabinete de Segurança Institucional. Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente – ILANUD, 2002.

CAMARANO, Ana Amélia, et all. A transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios? Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise, Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CAMPOS COELHO, Edmundo. Sobre Sociólogos, Pobreza e Crime. Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro. Vol 23, nº3, 1980.

CASTRO, Jorge A; AQUINO, Maria C. Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2009.

CASTRO, Mary et alii. Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situações de pobreza. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001, p. 43.

COHEN, A.K. (1955). Delinquent Boys: The Culture of the Gang. Glencoe: The Free Press.

COHEN, Lawrence e FELSON, Marcus. Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Approach. American Sociological Review, 44, 1979.

FILGUEIRA, C. H. Estructura de oportunidades y vulnerabilidad social: aproximaciones conceptuales recientes. In: CEPAL. Seminario Vulnerabilidad. Santiago de Chile : CEPAL, 2001.

FREITAS, Maria Virginia e PAPA, Fernanda de Carvalho. Políticas Públicas Juventude em Pauta. São Paulo: Cortez, 2003.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. Ciência e Saúde Coletiva 10(2), 2005.

- HUFF, C.Ronald. Youth Gangs and Public Policy. *Crime and Delinquency*, Vol 35, nº4, October, 1989.
- KORNHAUSER, R. 1978. *Social Sources of Delinquency*. Chicago: University of Chicago Press.
- MOSER, Caroline; BRONKHORST, Bernice van. Youth Violence In Latin America and the Caribbean: Costs, Causes and Interventions, LCR Sustainable Development Working Paper Nº3, The World Bank, Latin America and Caribbean Region, Environmentally and Socially Sustainable Development SMU. 1999.
- PERALVA, Angelina. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo - SP: Paz e Terra, 2000.
- POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE: Diretrizes e perspectiva. Brasília: Conselho Nacional de Juventude, 2006.
- POLÍTICAS PÚBLICAS DE/PARA/COM JUVENTUDES. Brasília: UNESCO, 2004.
- RIBEIRO, Rosana; NEDER, Henrique D. Juventude(s): desocupação, pobreza e escolaridade. *Nova Economia* [online]. vol.19, n.3. Belo Horizonte, 2009.
- SAMPSON, Robert J. GROVES, W. Community Structure and Crime: testing social disorganization theory. *American Journal of Sociology*, vol 94, issue 4, 1989.
- SHAW, C. R.; MCKAY, H. D. *Social Factors in Juvenile Delinquency. Report on the Causes of Crime*, hrational Commission of Law Observance and Enforcement, vol. 2. Washington, D.C.: Government Printing Office. 1931.
- . *Juvenile Delinquency and Urban Areas*. Chicago: University of Chicago Press, 1942.
- SITUAÇÃO MUNDIAL DA INFÂNCIA 2011. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Fevereiro de 2011.
- SPOSITO, Marília Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. In: *Revista da Faculdade de Educação da USP – Educação e Pesquisa*. São Paulo: USP, v:27, nº 1, p.87-103. Jan/Jun 2001.
- VIGNOLI, J.R. Vulnerabilidad y grupos vulnerables: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes. Santiago de Chile: CEPAL, 2001. (Serie Población y Desarrollo, n.17).
- WASELFISZ, Jacobo Julio. *Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2007*. Brasília: UNESCO, 2004.
- . *Mapa da Violência: os jovens do Brasil*. Brasília: UNESCO, 1998.
- ZALUAR, A. 1994. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Editora Revan/UFRJ.

Tabela 5 - Características dos jovens - Brasil, Sudeste e Espírito Santo / PNAD 2009

	BRASIL								SUDESTE								ESPIRITO SANTO							
	HOMENS				MULHERES				HOMENS				MULHERES				HOMENS				MULHERES			
	15/17	18/19	20/24	TOTAL	15/17	18/19	20/24	TOTAL	15/17	18/19	20/24	TOTAL	15/17	18/19	20/24	TOTAL	15/17	18/19	20/24	TOTAL	15/17	18/19	20/24	TOTAL
	JOVENS QUE ESTUDAM E ESTÃO OCUPADOS																							
PROPORÇÃO EM DOMÍCILOS POBRES OU INDIGENTES	22,7	14,7	7,1	15,3	18,1	8,9	5,6	10,4	11,4	3,5	2,1	5,6	7,7	3,7	1,3	3,8	11,1	12,5	2,4	8,4	7,1	10,5	3,3	6,5
PROPORÇÃO DE JOVENS SEM RENDIMENTO	33,7	18,7	7,4	20,1	20,2	9,1	5,6	11,2	18,7	7,6	3,1	10	10,2	5,2	2,8	5,6	16,7	25	14,6	17,6	17,9	5,3	3,3	9,1
DISTRIBUIÇÃO DE JOVENS POR CONDIÇÃO NO DOMÍCIO																								
CHEFE	0,6	2,7	12,7	5,4	0,4	2,9	7,7	4,2	0,3	1,8	10,6	4,8	0,2	1,1	7,1	3,6	1,9	0	11,6	5	0	0	0	0
CONJUGE	0,1	0,5	1,2	0,6	3	5,4	13,3	8,2	0,1	0	1,1	0,5	0,9	2	10,5	5,7	0	0	0	0	3,5	0	16,7	7,7
FILHO	87,7	85,9	73,2	82,1	83	78,8	67,7	75,2	88,7	86,7	77,1	83,6	86,3	87,4	71,9	79,7	72,2	87,5	79,1	77,7	82,8	84,2	66,7	76,9
OUTRO	11,6	10,8	12,9	11,9	13,5	13	11,4	12,5	10,9	11,5	11,3	11,2	12,6	9,5	10,6	11	25,9	12,5	9,3	17,4	13,8	15,8	16,7	15,4
PROPORÇÃO DE MULHERES QUE TIVERAM FILHO	-	-	-	-	1,6	6,5	14,1	8,3	-	-	-	-	1,1	4,5	8,9	5,5	-	-	-	-	0	0	10	3,9
	JOVENS QUE ESTÃO SÓ OCUPADOS																							
PROPORÇÃO EM DOMÍCILOS POBRES OU INDIGENTES	22,9	12,3	10,9	12	20	9,9	9,4	9,9	11,1	4,7	4,4	4,8	9,4	3,6	3,5	3,7	31,3	6,7	7,2	8,5	0	9,7	8,8	8,7
PROPORÇÃO DE JOVENS SEM RENDIMENTO	18,9	8,6	5,2	6,8	19,4	9,4	6,3	7,4	9,3	3,1	2	2,6	9,9	5,3	2,8	3,5	18,8	16,7	5,8	8,8	20	22,6	9,4	11,7
DISTRIBUIÇÃO DE JOVENS POR CONDIÇÃO NO DOMÍCIO																								
CHEFE	3,4	8,3	25,9	21,1	3	4	9,6	8,3	2,5	6,4	20,9	17,2	0	3,2	8,5	7,2	0	6,7	26	20,4	0	12,9	8,2	8,7
CONJUGE	1,2	1,3	3,5	2,9	20,3	17,3	30,7	27,9	2,1	1,6	3,2	2,8	11,8	13,5	25,2	22,6	0	1,7	4,8	3,9	20	25,8	34,7	33
FILHO	77,5	75,1	57,3	62	58,1	66	47,7	51,4	76,6	78,3	61,8	65,7	67,6	72,9	55,2	58,9	100	80	56,3	63,7	40	54,8	46,5	47,6
OUTRO	17,9	15,3	13,3	14	18,6	12,6	12	12,4	18,8	13,7	14,1	14,3	20,6	10,4	11,1	11,3	0	11,7	13	12	40	6,5	10,6	10,7
PROPORÇÃO DE MULHERES QUE TIVERAM FILHO	-	-	-	-	17,9	20,7	38,7	34,6	-	-	-	-	13,6	14,7	33,1	29	-	-	-	-	20	22,6	38,2	35,4
	JOVENS QUE SÓ ESTUDAM																							
PROPORÇÃO EM DOMÍCILOS POBRES OU INDIGENTES	22,6	18,6	12,5	20,5	22,9	21	15,6	21,2	14	10,4	5,7	12,3	13,6	11,7	7,2	12,2	24,2	4,8	0	19,1	19,9	11,5	10	17,5
PROPORÇÃO DE JOVENS À PROCURA DE EMPREGO	10,8	26,5	30,7	16,2	10,2	22,2	26,4	15,2	12	28,1	32,1	17,5	13,2	24,4	30,3	18	17,9	42,9	10	21,4	14,5	19,2	20	15,8
PROPORÇÃO DE JOVENS SEM RENDIMENTO	93,4	92,4	89,7	92,7	93,3	90,9	85,3	91,4	93,5	93,4	92	93,3	93,2	91,9	91,9	92,7	96,8	81	80	92,9	89,3	80,8	95	88,7
DISTRIBUIÇÃO DE JOVENS POR CONDIÇÃO NO DOMÍCIO																								
CHEFE	0,1	1,5	3,6	0,8	0,2	1,4	5,4	1,4	0,1	1,5	2,6	0,7	0,1	1,2	3,6	0,9	0	4,8	0	0,8	0	0	0	0
CONJUGE	0,1	0,1	0,6	0,2	1,5	4,4	11	3,7	0,1	0	0,6	0,2	1	2,5	8,3	2,5	0	0	0	0	3,8	0	20	5,1
FILHO	87	84,8	83,4	86,1	84,6	80,9	71,4	81,6	88,4	87,7	83,6	87,6	88,5	85	79,2	86,3	81,1	85,8	90	82,5	78,6	80,8	80	79,1
OUTRO	12,8	13,6	12,4	13	13,8	13,3	12,3	13,4	11,5	10,9	13,2	11,6	10,5	11,3	8,9	10,4	19	9,5	10	16,7	17,6	19,2	0	15,8
PROPORÇÃO DE MULHERES QUE TIVERAM FILHO	-	-	-	-	1,8	7,3	18,4	5,7	-	-	-	-	1,4	4,9	13,3	4	-	-	-	-	2,3	3,8	20	4,5
	JOVENS QUE NÃO ESTUDAM E NÃO ESTÃO OCUPADOS																							
PROPORÇÃO EM DOMÍCILOS POBRES OU INDIGENTES	35,1	26,6	29,2	29,6	33,3	29	30,3	30,3	25,7	17,9	21,2	20,8	24,5	18,2	18,9	19,3	27,3	31	20,5	25	29,2	29	29	29
PROPORÇÃO DE JOVENS À PROCURA DE EMPREGO	25,9	46,9	51,9	46,1	15,8	31,3	31,5	29,5	29,8	50,2	56,2	50,5	23,9	40	40,5	38,7	36,4	51,7	43,2	45,2	29,2	32,3	33	32,3
PROPORÇÃO DE JOVENS SEM RENDIMENTO	89,5	95,4	92,7	92,9	89	89	81,4	84	89	96	95,5	94,7	91	90,7	87,5	88,6	90,9	100	84,1	90,5	83,3	96,8	85	87,1
DISTRIBUIÇÃO DE JOVENS POR CONDIÇÃO NO DOMÍCIO																								
CHEFE	0,6	2,9	8,6	5,7	2,9	4	8	6,5	1,1	3,2	7,6	5,3	2,2	4,8	8,6	7	0	0	4,5	2,4	0	0	11	7,1
CONJUGE	0,7	0,2	1,4	0,9	25,1	24,7	40,3	34,8	0,9	0	0,9	0,6	19,6	18,9	337,6	31,2	0	0	0	0	12,5	22,6	49	38,1
FILHO	78,6	81,9	74,1	77	51,1	55,7	38,2	43,7	79,1	82,1	78,6	79,8	59,1	62,3	42,2	48,9	63,6	82,8	75	76,2	58,3	51,6	35	41,9
OUTRO	20,1	15	16	16,4	21	15,7	13,6	15	18,9	14,7	13	14,4	19	14	11,6	13	36,7	17,2	20,5	21,4	29,2	25,8	5	12,9
PROPORÇÃO DE MULHERES QUE TIVERAM FILHO	-	-	-	-	34,2	36,1	57,5	49,7	-	-	-	-	27,6	29,7	52,8	44,6	-	-	-	-	37,5	25,8	60	49,7

TD - 27

Instituto Jones dos Santos Neves

Coordenação Geral

Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Diretora-presidente

Coordenação de Estudos Sociais

Ana Paula Santos Sampaio
Socióloga, coordenadora

Editoração

Maria de Fátima Pessoti

Capa

Lastênio João Scopel

Bibliotecária

Andreza Ferreira Tovar



www.ijsn.es.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Economia e Planejamento

www.es.gov.br